

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16033 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

## PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: ANÁLISE DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS NA REDE PÚBLICA DE PELOTAS/RS

João Henrique Figueredo de Oliveira - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Mauro Augusto Burkert Del Pino - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

### **PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: ANÁLISE DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS NA REDE PÚBLICA DE PELOTAS/RS**

**RESUMO:** O trabalho docente na rede pública municipal de Pelotas/RS enfrenta desafios decorrentes da contratualização temporária, que precariza a profissão. Profissionais temporários, mesmo com formação acadêmica, vivenciam situações mais difíceis em comparação aos colegas efetivos. Esses docentes não têm plenos direitos trabalhistas e convivem com incertezas sobre a continuidade profissional. Este trabalho analisa a precarização do trabalho docente por meio de abordagens quantitativa e qualitativa. A análise de conteúdo revela que, dos anos de 2012 a 2018, 556 professores temporários foram contratados em Pelotas, dos quais 298 permaneceram ativos até 2020. Esses profissionais enfrentam infraestrutura precária, vencimentos menores e regulação constante. A presença de docentes temporários muitas vezes é justificada pela redução de gastos públicos, o que reflete o desinteresse da administração pública pela educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho docente. Contratos temporários. Precarização.

O trabalho docente enfrenta desafios significativos, especialmente no contexto da contratação temporária. A precarização do trabalho, resultado das mudanças estruturais no capitalismo e do avanço do neoliberalismo, tem impactado profundamente os profissionais da educação (FERNANDES; HELAL, 2010). Nas escolas da rede pública do Brasil, cada vez mais é possível vivenciar a realidade da contratação temporária de docentes. Esta forma de trabalho tem significado a precarização da profissão.

Professores temporários não recebem o mesmo salário e nem os mesmos benefícios trabalhistas em comparação com o profissional efetivo (OLIVEIRA, 2004). Com frequência, esses profissionais enfrentam carga horária excessiva de trabalho e são prejudicados pela retirada do tempo de preparo de atividades, que é um direito dos professores (HYPOLITO, 2011; OLIVEIRA, 2008; SEKI et al., 2017).

Essa é uma realidade que impactou quase um milhão de profissionais e cerca de 49 milhões de estudantes da rede pública de Educação Básica em 2015 (SEKI et al., 2017). Em um estudo publicado no início de 2024, foi revelada uma tendência preocupante nas redes

estaduais de ensino do Brasil: a contratação de professores temporários superou a de professores efetivos pela primeira vez em 2022, e essa situação se manteve em 2023. Em números, as redes contavam com 356 mil temporários, um aumento de 55% em uma década, em contraste com 321 mil professores efetivos, que sofreram uma queda de 36% no mesmo período (SINTRAJUFE-RS, 2024).

A mudança na composição do corpo docente levanta questões significativas sobre a qualidade da educação, uma vez que a contratação de temporários, embora necessária para preencher lacunas imediatas, pode não oferecer a mesma estabilidade e continuidade pedagógica que os professores efetivos proporcionam. Além disso, o estudo aponta para a baixa frequência de concursos públicos e desafios fiscais como fatores contribuintes para essa tendência. Por fim, a correlação entre as formas de contratação e a qualidade da educação é complexa e multifacetada, mas a prevalência de contratos temporários pode indicar uma precarização da profissão docente e, por extensão, um impacto negativo no aprendizado dos estudantes (SINTRAJUFE-RS, 2024).

Nesse cenário, surge a necessidade de investigar como os contratos temporários afetam o trabalho docente na rede pública municipal de Pelotas/RS. Este estudo analisa os impactos da contratação temporária na precarização do trabalho docente na rede municipal de Pelotas. Para alcançar esse propósito, foram identificados os professores temporários, investigada a evolução do trabalho temporário entre os anos de 2012 a 2018, bem como analisadas as características dos contratos e suas implicações na vida e na prática dos docentes. Adotou-se uma abordagem quantitativa, coletando dados disponíveis na Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED) de Pelotas e do Censo Escolar. Esses dados referem-se aos professores contratados temporariamente na rede municipal. A análise permitiu identificar os professores temporários atuantes na rede pública municipal e investigar sua evolução numérica de 2012 a 2018. Após, realizou-se uma abordagem qualitativa, utilizando questionário elaborado no Google Docs. Dos 298 professores temporários ativos na rede municipal de Pelotas entre julho de 2018 e novembro de 2020, 38 responderam ao questionário, representando mais de 13% da amostra. Além disso, seis professores foram selecionados para entrevistas abertas. Na análise quantitativa, foi traçado o perfil do grupo docente investigado e identificado características dos contratos de trabalho. Também avaliamos a evolução desses profissionais como trabalhadores temporários, combinando dados do Censo Escolar e da SMED de Pelotas. Já na análise qualitativa, aplicamos a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), seguindo etapas sistemáticas para descrever e interpretar os significados subjacentes. Com base nos dados da SMED, entre os anos de 2012 e 2018, um total de 556 professores foram contratados temporariamente no município de Pelotas. No mesmo período, o Censo Escolar registrou a contratação de 202 profissionais, apresentando uma divergência de informações. Os anos com maior número de contratações foram 2014, com 127 contratos, e 2018, com 296. Embora o censo tenha apresentado um padrão semelhante, o número de profissionais contratados foi menor. Notadamente, em 2015 não houve contratações, enquanto o censo apontou duas contratações neste ano. De modo

geral, a contratação temporária é uma tendência que pode ser atribuída a políticas neoliberais de diminuição de gastos públicos, que acabam por precarizar ainda mais a educação pública (MILANI; FIOD, 2008).

É importante salientar que foi observado que os anos eleitorais, especialmente 2014 e 2018, concentram um maior volume de contratações temporárias. Durante a entrevista com uma das professoras, ela afirma que as vagas temporárias muitas vezes são usadas para a troca de votos. Realidade esta que aponta mais um descaso com a educação e com os professores e professoras da rede.

Em 2018, a Rede Municipal de Pelotas tinha cerca de 1.872 professores. Desses, 15,81% eram docentes temporários. No entanto, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que até 2024, 90% dos docentes da rede pública deveriam ser concursados (BRASIL, 2014). Portanto, o município de Pelotas não cumpria o que era estabelecido, pois, possuía um contingente maior de professores temporários do que o previsto pelo PNE. Apesar do número de temporários ser superior ao que é esperado, existem outros municípios do Rio Grande do Sul que apresentam valores maiores de temporários, ultrapassando 50% do total de docentes da rede (SEKI et al., 2017).

Nas entrevistas questionamos as docentes se já sentiram que foram tratadas de forma diferente por serem temporárias em comparação aos colegas efetivos. Todas elas responderam afirmativamente. Os relatos dessas professoras podem ser agrupados em duas categorias distintas. O primeiro grupo está relacionado à perda de direitos, como o acesso a plano de saúde, justificativas para faltas, dificuldade de acesso e eventos exclusivos para professores efetivos. Neto (2016, p. 165) destaca que os docentes temporários estão em um “patamar de direitos sociais inferior ao Estatuto de Servidores Públicos do Rio Grande do Sul e também ao que estabelece a CLT”. Já o segundo grupo de relatos diz respeito ao desrespeito por parte dos próprios colegas. A professora Carmen Miranda (os nomes são fictícios) compartilha sua experiência nesse sentido:

Somos tratadas pior que cachorro, nunca pensei que fosse estudar tanto para tanta desvalorização. A começar pela equipe diretiva, não somos ouvidas, não nos dão o direito de irmos ao médico, temos que trabalhar doentes, não temos convênio médico, então é o SUS... e a direção fala marquem suas consultas para quando estiverem de folgas. Como? É SUS não é convênio. Se estamos de folga nos dias de reunião é obrigatório ir. Quem se manifesta contra algo é perseguido até se moldar ao desejo da direção. É boca fechada, aceitar tudo. Já ouvimos em uma reunião: quem não estiver contente que vá trabalhar no comércio.

As professoras reconhecem que o trabalho temporário é uma forma de precarização. Além disso, elas apontam outras estruturas que consideram contribuir para a precarização do trabalho docente.

Mas para fechar a tua questão entre a contratação temporária e a precarização é total, relação direta é uma forma de precarização, uma das, mas não é a única. Quando eu dou este exemplo lá do ônibus, isso outra forma de precarizar, não mandar merenda outra forma de precarizar, não arrumar a estrada daqui até lá na escola e não dar acesso de transporte é uma forma de precarizar, atrasar e parcelar salário, tem várias formas, não permitir uma formação adequada, não dá esse tempo de preparação,

enfim tem inúmeras mas a contratação, sim é uma delas.

Mesmo sendo uma realidade difícil, muitas professoras e professores se submetem para conseguir trabalhar. A professora Fernanda Montenegro complementa em outro momento, dizendo: “[...] eu preciso estar aqui, eu preciso ganhar este salário, eu preciso me envolver de tal forma que isso liquide com a minha saúde.” A professora Anita Malfatti acrescenta que os professores temporários são engessados em um sistema e se submetem a isso devido ao aumento do desemprego. Esses relatos destacam a difícil situação enfrentada por esses profissionais e a necessidade de buscar soluções para melhorar suas condições de trabalho.

Socialmente no momento que tu diz para um professor contratado ‘- tu não pode faltar!’ que é isso é uma pessoa tu não está, tu não tá lidando com um robô. E mesmo robô de vez em quando deve ter que ir para manutenção. Então não tem como, né? É uma lógica perversa, de perversidade, é dizer que seu trabalho ele só vale dentro dessas condições e se não você vai ser substituído. Claro, isso tem a ver com uma lógica neoliberal, com o momento político e econômico que a gente está vivendo. Na verdade, é mais agravante ainda, porque justamente a gente está no momento de crise de aumento de desemprego e aí então vamos precarizar o máximo do que as pessoas precisam. Então elas vão submeter, é perverso.

A professora Carmen Miranda complementa mostrando como as muitas contratações temporárias afetam diretamente a Educação Básica.

Até tem porque esse monte de pessoas que eles contratam, nem sei aqui na escola mesmo é mais da metade das pessoas são contratados, tem um pouquinho mais de contrato do que efetivado. Acredito que precariza sim, porque esta mudança de acabou contrato, muda professor, muda auxiliar, acredito que afeta diretamente os alunos. Porque até eu como professora de tanto ver como o fulano estava andando antes de ti, a coisa desanda quando troca tudo. Nesta função de trocar muito depende do nível, eles sentem muito, dependendo do nível não né, todos os níveis são bem sentidos pelas crianças. Porque é muita troca de profissionais em relação aos contratos e isso prejudica bastante.

De acordo com Neto (2016), uma das principais razões para a contratação de docentes temporários no Brasil é a questão econômica, visto que esses profissionais reduzem os custos com folha de pagamento. No entanto, os contratos temporários frequentemente implicam na negação de direitos, salários mais baixos e precarização. Como resultado, a cada ano, o número de professores temporários aumenta no município. Infelizmente, muitos professores se veem sem outra opção senão aceitar essa realidade triste de serem temporários. Isso contribui para a desestruturação do trabalho docente na região.

A dinâmica do trabalho como professor em regime de contrato temporário é complexa e impactante. A análise realizada neste trabalho revelou como essa realidade prejudica tanto a carreira quanto a vida pessoal dos profissionais. Ao examinar os contratos temporários na rede pública municipal de Pelotas/RS, observamos algumas características significativas.

Os contratos temporários têm implicações negativas na vida dos professores. Além de terem seus direitos trabalhistas negados, esses docentes frequentemente precisam trabalhar em mais de um turno ou em outras áreas para obter um salário digno, o que afeta sua saúde. Além disso, são desencorajados a participar de manifestações sindicais e frequentemente ministram aulas fora de sua formação inicial, sem acesso a formações continuadas.

Infelizmente, essa falta de valorização não se limita à SMED; muitas vezes, seus próprios colegas também não reconhecem seu trabalho.

Em resumo, a análise dos contratos temporários na rede pública municipal de Pelotas/RS revela que essa forma de contratação precariza a profissão docente. Professores temporários assinam contratos administrativos que não garantem os mesmos direitos dos efetivos, conquistados com lutas sindicais. Eles enfrentam salários menores, jornadas intensas e infraestruturas precárias, além de desrespeito em relação à sua formação. Esses profissionais desempenham uma função econômica para a Prefeitura, mas o desinteresse pela educação é evidente na precarização de seu trabalho.

Apesar desses desafios, os professores temporários continuam buscando condições para sobreviver em um campo profissional conflituoso. Enfrentam mudanças constantes, embates e uma nova realidade, enquanto as políticas gerencialistas priorizam o mercado em detrimento dos valores educacionais consagrados na Constituição Federal. São profissionais resilientes, adaptando-se a um cenário em constante transformação.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. 229 p.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Poder Legislativo, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)> Acesso em: 14 mar. 2019.

FERNANDES, Danielle Cireno; HELAL, Diogo Henrique. Precarização do trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: < <https://www.gestrado.net.br/pdf/330.pdf> > Acesso em: 16 jan. 2020.

HYPOLITO, Á. L. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: Teoria e Prática**, v. 21, n. 38, p. 59–78, 2011.

MILANI, N. Z.; FIOD, E. G. M. Precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná (1990-2005). **Roteiro**, v. 33, n. 1, p. 77–100, 2008.

NETO, João Genaro Finamor. **A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a situação das professoras com contrato de trabalho temporário na zona norte de Porto Alegre. 2016, 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

OLIVEIRA, D. A. O trabalho docente na América Latina Identidade e profissionalização. **Revista Retratos da Escola**, v. 2, n. 2 – 3, p. 29 – 39, 2008.

SEKI, A. K. et al. Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 3, p. 1–18, 2017.

**SINTRAJUFE-RS**. Número de servidores temporários supera o de efetivos na educação do

RS. 2024. Disponível em: <https://sintrajufe.org.br/numero-de-servidores-temporarios-superao-de-efetivos-na-educacao-do-rs/>. Acesso em: 12 jun. 2024.